



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, CAMPUS - IV
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL I:
HISTÓRIA, REALIDADE E PERSPECTIVAS.

Jacobina – BA
2012

CRISTIANE ARAUJO ALBERNAZ

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL I:
HISTÓRIA, REALIDADE E PERSPECTIVAS.**

Monografia apresentada a Universidade do Estado da Bahia – Campus IV como requisito final de conclusão do curso de graduação em Licenciatura em Educação Física.

Orientador: Prof. Especialista Itamar Sousa

Jacobina - BA

2012

CRISTIANE ARAUJO ALBERNAZ

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL I:
HISTÓRIA, REALIDADE E PERSPECTIVAS.**

Data: ____/____/____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.º Esp. - Itamar Silva de Sousa (Orientador)

UNEB

Prof.ª Esp. Rita de Cassia Roxané F. B. de Sousa.

SEC

Prof.º Ms. Vamberto Ferreira Miranda Filho.

UNEB

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a toda minha família, por me oferecerem bases sólidas e por toda estrutura e apoio, em especial aos meus pais José Carlos e Maria Angelina, por acreditar, confiar e incentivar a minha decisão profissional.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus por estar sempre presente na minha vida, tornando possível a realização de todos os meus projetos, pois tenho a certeza que ele está a todo o momento do meu lado durante toda caminhada, caminho este, muitas vezes cheios de obstáculos, pedras e espinhos, de maneira que cheguei até a pensar em desistir. E neste momento que o desânimo e a desmotivação batia, buscava sempre a força divina para continuar, tendo a certeza que ele estava sempre pronto a me ouvir e me guiar nas horas de angústias, sendo que em nenhum momento da minha vida, quando achava que estava tudo perdido, ele nunca me abandonou, estava sempre presente acompanhando, ajudando e me amparando. E graças a DEUS juntamente com minha família comemoro essa conquista, tendo cada vez mais a certeza que ele jamais me desampará.

Agradeço a minha família pela base sólida, de maneira que sempre me deu força para encarar a vida de frente, em especial aos meus pais **JOSÉ CARLOS DE JESUS ALBERNAZ** e **MARIA ANGELINA ARAUJO ALBERNAZ**, por terem me ensinado a descobrir o valor da disciplina, da persistência e da responsabilidade, pela dedicação, amor e principalmente pelos momentos que sempre estiveram ao meu lado, prestando apoio e incentivo nos momentos de dificuldades, incentivo esses que foram indispensáveis para a construção e conquista do meu projeto de vida. Por dedicarem parte de suas vidas, na minha formação pessoal e profissional, pelo amor a mim concedido e por me proporcionarem paz e felicidade na vida, só tenho a agradecer e dizer que serei eternamente grata por serem meus pais e por me amarem incondicionalmente.

Aos meus irmãos pelo carinho, incentivo e por acreditarem no meu potencial em todos os momentos.

Aos meus amigos, que no decorrer desses anos estavam sempre presentes mesmo na distância, Claudia Fróes, Jaqueline Araujo, Rodrigo Barros e Roqueline Figueira, agradeço à participação especial de Andreilza Oliveira, por estar ao meu lado diariamente, me apoiando e suportando meus períodos de stress, tornando-se figura importante e me auxiliando nos momentos de ansiedade, entendendo e dando apoio no que fosse necessário, além do meu grande amigo Frank Almeida, pelo

simples fato de fazer parte da minha vida e estar sempre disposto a me ajudar nos momentos mais difíceis da minha vida, dedicando muito amor e carinho.

Agradeço, em especial, ao professor Itamar Souza por toda paciência e aprendizado, no qual me foi oferecido durante toda trajetória do trabalho, entendendo minhas limitações e por respeitar meu tempo, buscando sempre transmitir muita segurança nos momentos em que me sentia insegura, fazendo colocações precisas e valiosas.

A TODOS O MEU MUITO OBRIGADO!

“Eu escrevo sem esperança de que o que eu escrevo altere qualquer coisa. Não altera em nada... Porque no fundo a gente não está querendo alterar as coisas. A gente está querendo desabrochar de um modo ou de outro...”

Clarice Lispector

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO 10

CAPÍTULO I

1. A EDUCAÇÃO FÍSICA E O CONTEXTO EDUCACIONAL 13

1.1- Entendendo a Educação Física Historicamente 13

1.2 – A Educação Física na Educação Escolar 27

CAPÍTULO II

2. EDUCAÇÃO FÍSICA E DESAFIOS NO ÂMBITO ESCOLAR 32

2.1 - A Educação Física no Ensino Fundamental I: realidade e perspectivas 32

2.2 - A Educação Física no Ensino Fundamental I: Inclusão ou Exclusão?44

CONCLUSÃO48

REFERÊNCIAS50

RESUMO

Esse trabalho apresenta uma discussão acerca dos fatores que impossibilitam o ensino da Educação Física no Ensino Fundamental I nas escolas públicas, dentro dessa perspectiva enfatizando como agravantes: a falta de infraestrutura, materiais didáticos para a execução das aulas nos espaços escolares, bem como a ausência de propostas metodológicas, profissionais qualificados e políticas inclusivas por partes dos poderes públicos. Para desenvolver o trabalho foram utilizados livros bibliográficos, periódicos, como também os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e as Leis de Diretrizes e Bases/ LDB 9.394/96, os quais deram suporte para escrita do mesmo.

Palavras-chaves: Educação Física Escolar; História; Realidade; Perspectivas.

ABSTRACT

His paper presents a discussion of factors that prevent the teaching of Physical Education in Elementary School public schools, within this perspective emphasizing as aggravating factors: the lack of infrastructure, teaching materials to implement the lessons in school spaces, as well as the absence methodological proposals, skilled professionals and inclusive government policies. To develop this work we used bibliographic books, periodicals/newspapers, as well as the National Curriculum Parameters (PCN's) and the Law of Guidelines and Bases / LDB 9.394/96, which provided support for writing it.

Keywords: Physical Education, History, Reality, Perspectives.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade discutir a importância das aulas de Educação Física nas escolas de Ensino Fundamental I, e os motivos que a tornaram ausente, já que contribui de forma significativa no desenvolvimento e formação da criança nesta etapa do aprendizado. Nessa perspectiva, buscou-se promover uma discussão teórica sobre os fatores relevantes que evidenciam tal exclusão no âmbito escolar.

Dessa maneira, o estudo conformar-se em uma pesquisa bibliográfica para o programa de graduação do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado da Bahia. De acordo com Makilim Nunes Baptista & Dinael Corrêa de Campos, 2007, apud, Lakatos & Marconi, 1994; Cruz & Ribeiro, 2004, vem justificar que pesquisa bibliográfica:

(...) É parte de outras modalidades de pesquisa, uma vez que todas as áreas de pesquisa exigem uma investigação prévia do assunto. Nesta investigação são utilizadas fontes secundárias de informação, tais como artigos, livros, relatórios de pesquisa. Assim, seja como processo de levantamento de dados para subsidiar a produção de um outro tipo de trabalho, seja como fim de pesquisar sobre determinado tema, a pesquisa de levantamento mostra-se essencial no processo de produção de conhecimento. (P.41).

Durante a pesquisa foi feito um levantamento bibliográfico através de livros e artigos, no qual me permitiram avançar nas discussões durante todo período de desenvolvimento textual, com intuito de responder a seguinte questão: Quais os fatores determinantes para a exclusão da educação física no Ensino Fundamental I?

Portanto a pesquisa bibliográfica teve como objetivo geral: investigar porque a Educação Física não encontra-se inserida no currículo escolar do Ensino Fundamental I, tendo como objetivos específicos: compreender o papel da Educação Física no Ensino Fundamental I; verificar de forma crítica a realidade da Educação Física no Ensino Fundamental I e discutir sobre a importância da Educação Física no processo de desenvolvimento da criança.

O interesse em estudar a temática é decorrente das discussões realizadas em sala de aula ao longo do processo acadêmico, como também, através das

observações feitas durante o período de estágio, onde foi observado que a maioria das escolas de Ensino Fundamental I, não oferece a disciplina de Educação Física, assim como o Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado da Bahia, campus IV, não favorece estágios para o Ensino Fundamental I, além de não oferecer também para o Ensino Infantil, de modo que tal fator foi considerado imprescindível para o desenvolvimento da pesquisa. E por constar que, diversos autores também discutem a importância do ensino para o desenvolvimento da criança e como instrumento educacional no âmbito escolar. Diante das questões abordadas considero indispensável destacar que senti falta de estágios no Ensino Infantil e Fundamental, e avalio esse aspecto como negativo para formação, uma vez que o professor de Educação Física deve ser preparado para atuar nos variados níveis de escolaridade.

Durante o período da infância a criança tem muita imaginação, fantasias e os jogos e brincadeiras podem ser utilizados como agentes auxiliares no processo de ensino- aprendizagem nas aulas de educação física, e não apenas caracterizados como uma brincadeira que só proporcionam prazer. É de grande importância compreender que as atividades desenvolvidas no âmbito escolar podem contribuir bastante no processo de desenvolvimento integral da criança.

Segundo Izabel Galvão (1995, p.39-40), o desenvolvimento da criança é o resultado da interação de seu corpo com os objetos de seu meio, com as pessoas com quem convive e com o mundo onde estabelece ligações afetivas e emocionais. Desse modo, é perceptível que o meio não pode ser considerado um espaço estático e homogêneo, uma vez que o mesmo se modifica de acordo com o desenvolvimento da criança.

Esse trabalho foi dividido em dois capítulos, o primeiro intitulado *A Educação Física e o contexto educacional*, se inicia com uma discussão acerca do contexto histórico enfatizando o surgimento e desenvolvimento das práticas corporais até formar uma concepção de Educação Física. Para tanto, também realizaremos uma breve explanação sobre a Educação Física na Educação Escolar enquanto profissão e área do conhecimento.

No segundo capítulo intitulado *Educação Física e Desafios no Âmbito Escolar* buscaremos dialogar sobre a realidade e perspectiva da Educação Física no ensino

fundamental I, estabelecendo um diálogo entre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), Leis de Diretrizes e Bases/ LDB 9.394/96 e autores relacionados, com intuito de perceber como é retratado a Educação Física em diversos âmbitos escolares da rede pública (municipal e estadual), enfatizando desse modo os dilemas enfrentados.

Esse estudo se faz importante na medida em que contribui para repensar o processo de exclusão do ensino da Educação Física no Ensino Fundamental I, em uma perspectiva atuante e de valorização da disciplina, de modo que, possa contribuir para assegurar melhorias para o processo educacional, envolvendo assim o aluno, professor, escola e sociedade.

CAPÍTULO I

1 - A EDUCAÇÃO FÍSICA E O CONTEXTO EDUCACIONAL

Nesse capítulo inicia-se com a discussão do contexto histórico da Educação Física enfatizando o surgimento e desenvolvimento das práticas corporais até formar uma concepção de Educação Física. Para tanto, também realizaremos uma breve explanação sobre a Educação Física na Educação Escolar enquanto profissão e área do conhecimento.

1.1- ENTENDENDO A EDUCAÇÃO FÍSICA HISTORICAMENTE

Para contextualizar a Educação Física é necessário buscarmos entender seu surgimento e desenvolvimento nos diversos espaços de atuação. A partir desse entendimento tentaremos compreendê-la enquanto profissão e área de conhecimento. Nessa perspectiva, a história é tida como o ponto de partida para entendermos os percursos, transformações e desenvolvimento ao longo do tempo.

Segundo Aníbal Ponce (1996, p. 19), os movimentos corporais eram exercidos desde a era primitiva. Dessa maneira consta que a educação primitiva era pautada nas experiências vivenciadas no cotidiano, de modo que para sobreviverem houve a necessidade de aprender a lutar, caçar, nadar e fugir dos perigos que lhes cercavam, utilizando-se assim de movimentos corporais como: correr, saltar, pular, montar, empurrar e dentre outros.

Na sociedade primitiva, os movimentos corporais já se tornavam presente em seu cotidiano. No entanto, as crianças já eram inseridas a esse universo desde cedo e passam a se orientar de acordo com costumes observados nas comunidades, tendo em vista que a educação era pautada na realização das atividades coletivas. Desse modo, assim é adquirida a sua primeira educação, estando o seu aprendizado voltado para a interação com o meio, sem que haja um direcionamento explícito.

Essa discussão é reafirmada por A. Ponce da seguinte maneira:

(...) nas comunidades primitivas, o ensino era para a vida e por meio da vida; para aprender a manejar o arco, a criança caçava; para aprender a guiar um barco, navegava. As crianças se educavam tomando parte das funções da coletividade. E, porque tomava parte nas funções sociais, eles se mantinham, não obstante as diferenças naturais, no mesmo nível que os adultos. (p.19, 1996).

Entretanto, essa mesma sociedade passou por processos de transformações em suas bases estruturais, de forma que ocorreram mudanças comportamentais no seu modo de vida, se antes eles se baseavam nos valores coletivos e havia forte influencia dos laços de sangue nas suas relações, essa outra organização tida como sociedade antiga é dividida por classes, que de certo modo prevalece à existência de diversos interesses, os quais a coletividade já não pode ser considerada o foco maior, e obviamente essas alterações exercem poder perante a educação.

Analisando esse processo de transição observa-se que:

(...) na sociedade que começou a se dividir em classes, a propriedade passou a ser privada e os vínculos de sangue retrocederam diante do novo vínculo que a escravidão inaugurou: o que impunha o poder do homem sobre o homem. Desde esse momento, os fins da educação deixaram de estar implícitos na estrutura total da comunidade. Em outras palavras: com o desaparecimento dos interesses em comuns a todos os membros iguais de um grupo e a sua substituição por interesses distintos, pouco a pouco antagônicos, o processo educativo, que até então era único, sofreu uma partição: a desigualdade econômica entre os “organizadores” – cada vez mais exploradores – e os “executores” – cada vez mais explorados – trouxe, necessariamente, a desigualdade das educações respectivas. (A. PONCE, 1996; p26).

Com base neste autor, podemos compreender como ocorreu o processo educativo na sociedade antiga. A educação na Grécia Clássica, sociedade Espartana estava voltada para a militarização de seus homens e mulheres, uma educação associada à produção de indivíduos fortes, selvagens brutais e cruéis dentre outros, os quais estariam sempre dispostos a proteger e lutar pela sua pátria e essa preparação se dava através da prática de exercícios de ginástica.

Nesse sentido, A. Ponce comenta:

(...) Ninguém ignora até que ponto se recorria á severidade e á crueldade para transformar os moços e moças em rijos soldados, nem desconhece como se fomentava descaradamente as práticas do amor homossexual para estreitar os laços de companheirismo. *Assegurar a superioridade militar sobre as classes submetidas*, eis o fim supremo da educação, rigidamente

disciplinada por meio da prática da ginástica e austeramente controlada pelos *éforos*, os cinco magistrados que exerciam, por delegação da nobreza, um poder quase absoluto. Que produzia semelhante educação? “Selvagens brutais, taciturnos, astutos, cruéis e, às vezes, heróicos”, mas sempre capazes de *mandar e de fazer-se obedecer*. (1996, p. 41).

A educação na sociedade Grega era dividida por classe, e isso obviamente contribuiu para fatiar o processo de educação de maneira diferenciada dos indivíduos, ou seja, diante de alguns dos preceitos de Sólon¹ fica evidente essa constatação quando observamos como eram educados os filhos de pobres, artesãos e nobres.

Segundo A. Ponce:

Alguns dos preceitos de Sólon são particularmente ilustrativos. “As crianças – afirma ele – devem, antes de tudo, aprender a nadar e a ler; em seguida, os *pobres* devem-se exercitar na agricultura ou em uma indústria qualquer, ao passo que os ricos devem se preocupar com a música e a equitação e entregar-se á filosofia, á caça e á frequência aos ginásios.” O filho de um artesão, quando não continua sendo um analfabeto (apesar da lei), apenas conseguia adquirir os mais elementares conhecimentos de leitura, escrita e cálculo. O filho do nobre, por outro lado, podia completar integralmente todo o programa de uma educação que compreendia todos os graus de ensino: escola elementar e palestra até os 14 anos, ginásio até os 16, *efebia* até os 18, cidadania, dos 20 aos 50, e vida *diagógica*, dos 50 até a morte. (1996, p.51).

Sob o pensamento de Platão com base no artigo intitulado *Ginástica para alma, música para o corpo* de Vitor Marinho de Oliveira, a educação na Grécia é percebida de duas maneiras distintas, como explicita o mesmo: “A educação comum vincula-se essencialmente ao corpo, enquanto os sofistas enfatizavam a formação político-intelectual” (p.119). Desse modo, é perceptível o interesse de Platão em estabelecer uma culminância entre esses dois modelos de educação, no qual através de uma análise analógica², a educação comum é refletida sobre a ginástica e a sofista através da música.

A Ginástica para a sociedade grega representava a totalidade dos exercícios físicos, já a Música estava associada à cultura espiritual, podendo desse modo ser

¹ Sólon era poeta e legislador em Atenas, em 549 a. C, filho de Aristocrata, foi responsável por uma série de reformas nas estruturas sociais, política e econômica da *polis* ateniense.

² O termo utilizado análise analógica no texto se insere como uma tentativa de aproximação entre os modelos de educação discutidos, logo esse tipo de linguagem envolve comparações, metáforas, exemplificações e a alegoria que é um traço da escrita de Platão.

expressa pela poesia, drama, história, oratória e ciência. Tanto a Ginástica quanto a Música eram elementos importantes no aperfeiçoamento da alma e na formação do espírito. (Oliveira, 1986, p. 120).

Ao mencionar essa mesma sociedade, podemos destacar a presença de lutas de classes dentro da narrativa de Vitor Marinho de Oliveira, reforçando a desigualdade entre as camadas sociais, de modo que os privilégios de classes se constituem enquanto um elemento de distinção entre os indivíduos. Através desse pressuposto o mesmo autor vem reafirmar que:

Os privilégios de classes eram evidentes. A Medicina era voltada para os que possuíam dinheiro para cuidar da saúde. Só as classes mais favorecidas frequentavam os ginásios e palestras. Quanto aos Jogos Olímpicos, tanto os atletas quanto os espectadores eram selecionados: aos escravos só era permitido entrada nos estádios para conduzir as brigas, cujos proprietários não queriam arriscar a vida. (p.121)

Em relação à educação na sociedade romana, é possível perceber que o surgimento das escolas e a profissão de professor nos espaços atribuídos a área educacional, não eram valorizados por ser um ofício assalariado. Naquela época todos aqueles que ganhavam o salário mínimo eram desprezados, pois esta condição não era bem vista pelos indivíduos romanos, uma vez que:

(...) aos olhos dos romanos, da mesma forma que na opinião dos gregos, o *salário era uma prova de servidão*, e é sabido que Sêneca, depois de Cícero, se recusou a incluir a profissão de professor entre as profissões liberais, isto é, entre as profissões dos “homens livres”. (PONCE 1996, p.67).

Associado a esses fatores, Ponce (1996, p.67), ressalta que as escolas do período entre o ano de 440 a.C eram em sua maioria particulares, para as quais as famílias mais favorecidas destinavam seus filhos, uma vez que obter professores particulares era considerado um custo elevado, de modo que nem todos os indivíduos poderiam gozar de tal benefício. Nesse sentido, é possível notar que as instalações das escolas eram precárias, chamadas de “loja de instrução”³, e logo o

³Segundo A. Ponce as “loja de instrução”, assim chamadas eram as escolas do período, funcionavam em um estreito compartimento e suas instalações davam acesso à rua.

ofício de professor ficava a cargo de um artesão, antigo escravo, velho soldado ou mesmo um proprietário arruinado.

Em direção à idade média, segundo Ponce (1996, p.89), a educação no período feudal era um importante instrumento de controle e poder utilizado para dominar as massas, onde o compromisso não era com a instrução e aprendizagem propriamente dita, mais com o controle exacerbado e a inserção das doutrinas cristãs na cultura cotidiana. Portanto, manter os indivíduos dóceis e confinados, uma vez que a educação destinada não lhes servia para esclarecê-los quanto a sua condição de cidadão.

Nesse contexto o mesmo autor reforça:

Preocupados unicamente em aumentar as suas riquezas pela violência e pelo saque, os senhores feudais desprezavam a instrução e a cultura. Ainda que, muitas vezes, soubesse ler, o nobre considerava o escrever como uma coisa de mulheres. O próprio Carlos Magno, que foi aluno de Pedro, de Pisa, e de Alcuíno, e que se esforçou tanto para preparar juristas hábeis, tentou aprender a escrever, mas não o conseguiu. Da mesma forma, também Díaz, de Virar, o Cid Campeador, que se ilustrou bastante em Direito, mas que, apesar disso, cometia erros "imperdoáveis", ao escrever. (1996, p.91).

Nesse sentido, é constatado que a educação não exercia um papel de destaque para a sociedade feudal, evidenciando desse modo que, o objetivo da nobreza era não consentir às massas o acesso a uma educação de qualidade, e que viessem instruí-las e ao mesmo tempo tirá-las da condição de subordinadas.

Desse modo, é observado que o período de transição da sociedade feudal para a burguesa é constatado que:

Com a substituição do regime feudal pelo burguês, piorou a situação das massas, mas os novos tempos não se importavam absolutamente com isso. *Formar indivíduos aptos para a competição do mercado, esse foi o ideal da burguesia triunfadora.* Ideal lógico, sem dúvida, para uma sociedade em que a sede de lucros lançava os homens uns contra os outros, em um tropel de produtores independentes. Produzir, e produzir cada vez mais para conquistar novos mercados ou esmagar algum rival, essa foi, desde o início, a única preocupação da burguesia triunfante. Que nenhum obstáculo dificulte o seu comércio, que nenhuma dificuldade paralise a sua indústria. Se, para conquistar algum novo mercado, for necessário liquidar populações inteiras, que assim seja feito; se, para não interromper o trabalho das máquinas, for necessário engajar mulheres e crianças, que assim seja também. (PONCE, 1996, p.136).

Com isso, a educação para a sociedade burguesa estava voltada para as relações comerciais, onde a competição, o lucro, se caracterizava como o centro das atenções. Mas se comparado à sociedade antiga e feudal nesta a educação ainda adquire um grau de importância maior, uma vez que era preciso instruir o povo para lidar com os aparatos industriais necessários para o funcionamento das máquinas.

De acordo com Soares (1994,p.09-10), a Educação Física se insere nesse contexto como uma disciplina importante, tem por finalidade sua inserção em diversos ambientes como: no campo, na fábrica, na família e na escola, com intuito de contribuir para a consolidação e constituição de um novo homem. Por ser uma sociedade capitalista, a Educação Física é difundida como um artifício disciplinador que viabiliza a execução de trabalhos mecanizados.

É possível perceber que a educação toma outros rumos, os quais estão associados também ao desenvolvimento econômico, como aborda A. Ponce (1996, p.127):

O comércio e a indústria haviam diminuído as distâncias que existiam até então entre o burguês e o nobre; haviam introduzido a necessidade de novos métodos na educação, e, acelerando o progresso científico, minavam cada vez mais os dogmas veneráveis.

No início do século XIX, os métodos ginásticos ganham destaque e passam a ter influência e começa a se desenvolver, sendo a escola alemã, a sueca, e a francesa responsável por esse desenvolvimento, sendo que a Inglesa contribui com o esporte. Essas escolas, através de seus métodos ginásticos contribuíram para pensarmos a prática educativa, social e as atividades físicas em uma concepção de Educação Física, é importante ressaltar que cada uma delas contribui a sua maneira, de forma que possui peculiaridades que nasceram com as escolas de ginástica, embora tenham sido inseridos em países diferentes esses métodos apresentavam semelhanças em seus discursos, como por exemplo: o reestabelecimento da raça, o enaltecimento às questões nacionais e a acessibilidade a saúde no meio social sem distinção. Logo, segue abaixo uma sucinta explanação sobre tais métodos.

O Método Ginástico Alemão, segundo Soares (1994,p.66-67) teve influência de Rousseau, Basedow e Pestalozzi, que defendiam a teoria da formação de um

homem universal, destacando o exercício físico como fator essencial no desenvolvimento de um corpo saudável, apontando Guts Muths, como um dos fundadores da ginástica pedagógica moderna. Além da influência de alguns idealizadores citados acima, temos ainda a presença de Friederick Ludwig Jahn, o qual defende a ideia que a ginástica era utilizada não apenas para manutenção de um corpo saudável, como também era uma prática educativa cotidiana, que direcionava de certo modo a dinâmica social, havendo uma preocupação relevante com a pátria, preservando o meio em que vive.

Compreendendo o processo de implementação do método alemão no Brasil, é ressaltado que:

(...) segundo o professor Inezil Penna Marinho, a implantação da ginástica alemã ocorre na primeira metade do século XX. [...] A historiografia da Educação Física brasileira registra que a implantação da ginástica alemã, neste período, deve – se ao grande número de imigrantes alemães que aqui se instalaram, e que tinham, naquela ginástica, um hábito de vida. Sua implantação também é atribuída aos soldados da Guarda Imperial que eram de origem prussiana e que, ao deixarem o serviço militar, não mais regressavam ao país de origem, preferindo permanecer no Brasil. (SOARES, 1994, p.70).

Quando se fala em Educação Física, não se pode deixar de pensar no método ginástico Sueco o qual se estruturou no início do século XIX, tendo o objetivo de:

(...) extirpar os vícios da sociedade, entre os quais o alcoolismo, o método sueco de ginástica se colocava como o instrumento capaz de criar indivíduos fortes, saudáveis e livres de vícios, porque preocupados com a saúde física e moral (SOARES, 1994, p.71).

Cabe ressaltar que, a autora critica esses valores, uma vez que a ginástica por si só não possui a função social de regenerar os indivíduos. Nessa perspectiva, teremos Pehr Henrick Ling (1776 - 1839), como o percussor desse discurso regenerativo dos males sociais em prol de uma transformação nos aspectos físicos, moral e social.

Para Ling a ginástica deveria ser dividida em quatro partes, sendo estas utilizadas para diferentes meios: A ginástica pedagógica ou educativa estava voltada para atender todas as pessoas independentes de idade ou condição social, tendo como objetivo a preservação da saúde evitando vícios posturais e enfermidades. Já

a ginástica militar, tinha como proposta a preparação do indivíduo para guerrear contra seus adversários, tendo como principal atividade o tiro e a esgrima. Quanto à ginástica médica e ortopédica estava pautada em evitar as doenças viciosas adequando-as a movimentos específicos para cada situação. No caso da ginástica estética, se mostrava preocupada com o desenvolvimento suave dos movimentos corporais, utilizando a dança como elemento responsável pela delicadeza, beleza e graça do corpo.

Em relação ao Método Ginástico Francês é possível perceber que ele se desenvolveu na primeira metade do século XIX, sendo influenciado pelos Alemães Jahn, Guts Muths e tem como principal representante D. Francisco de Amorós y Ondeano⁴. Nesse contexto os mesmos defendem que “(...) Através da ginástica, que “em si” promove a saúde, cria homens fortes, seria possível aumentar a riqueza e a força, tanto do indivíduo quanto a do estado.” (SOARES, 1994, p.76). Com isso, observamos que, a ginástica tinha um papel de destaque, pois além de preocupa-se com o desenvolvimento de um corpo saudável e ativo, notava-se nitidamente o interesse do estado em manter essa condição, pois, além da preocupação com o corpo e suas formas físicas seu objetivo era a utilização desse mesmo corpo através de um processo disciplinador e de alienação, garantindo dessa maneira, maior produtividade dentro das indústrias, e conseqüentemente aumentando a renda do Estado.

Nesse período, é importante destacar o trabalho infantil, que se constituía em longas jornadas de trabalho, desse modo, a obra intitulada “*Trabalho Infantil na Terceira Revolução Industrial*” de Honor de Almeida Neto vem esboçar algumas situações peculiares do cotidiano das mesmas, diante disse o autor aponta que “(...) *Eram atividades extremamente insalubres, nas fundições de cobre, na fabricação de botões, nas oficinas de esmaltar, de galvanizar e de laquear.*” (Neto 2007 apud, Marx, 1985). Portanto, esses fatores se tornam extremamente prejudicial para a formação da criança e suas relações com o meio social, uma vez que a infância é comprometida pelo trabalho excessivo.

⁴ Amorós foi o fundador do Método Ginástico Francês, o qual estava voltado para os ideais patrióticos.

Levando em consideração os níveis de desenvolvimento da criança, o autor mostra as dificuldades encontradas pelas mesmas dentro do processo evolutivo quando são expostas ao excesso de trabalho da seguinte maneira:

Inúmeros aspectos do desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, social e moral da criança podem ser ameaçados pelo trabalho, como por exemplo: saúde, coordenação, visão, audição, alfabetização, aprendizado, níveis de auto-estima, de ligação familiar, sentimentos de amor e de aceitação, sentido de identidade de grupo, espírito de cooperação e capacidade de distinguir entre o certo e o errado. Sendo a educação um fator vital para romper com o cerco ao trabalho infantil (emprego), o trabalho pode trazer prejuízos a uma formação escolar, na medida em que o ambiente social do trabalho diminui o valor que a criança dá à educação, fato particularmente comum a crianças de rua. (p.23).

Nessa perspectiva, o Século XIX se caracteriza enquanto um elemento importante para se pensar a estruturação da Educação Física e suas múltiplas relações com o meio social, desse modo Soares (1994, p.9) acrescenta que:

O Século XIX é particularmente importante para o entendimento da Educação Física, uma vez que é neste século que se elaboram conceitos básicos sobre o corpo e sobre a sua utilização enquanto força de trabalho (...). A construção desse homem novo, portanto, será integral, ela “cuidará” igualmente dos aspectos mentais, intelectuais, culturais e físicos.

Nesse sentido, a Educação Física pode ser entendida como um componente curricular importante, o qual lida diretamente com a construção dos “seres humanos”, buscando artifícios para tratar o corpo de modo que seja difundida de maneira reducionista e estruturada. É importante destacar que, a (re) construção desse novo homem está pautada nos ideais da burguesia, de modo que o mesmo passa a ser o centro das relações econômicas, políticas e sociais, constituindo assim uma sociedade movida pelas leis do capital e que viesse beneficiar os seus próprios interesses, logo a Educação Física seria uma aliada na composição desse homem capaz de lidar com essa tal ordem social em diversos espaços estabelecidos, como por exemplo: a família, a escola, o trabalho e etc.

Para tanto a nossa discussão a partir desse momento se concentrará em torno do Brasil, compreendendo entre os anos de 1850 até os dias atuais. E diante disso, abordaremos algumas tendências influentes no cenário da Educação Física, sendo estas: a Higienista, Militarista, Pedagogicista, Competitivista e a Popular, as

quais contribuíram para moldar os diversos campos de conhecimento no âmbito educacional, tendo elementos incorporados a relação teoria e prática. Vale ressaltar que, a nossa intenção não é abordar essas tendências de forma linear, mais que ao desenrolar da discussão o leitor tenha uma compreensão maior de como se deu a inserção da Educação Física no Brasil.

A Educação Física Higienista tem suas bases respaldadas nos anos finais do Império e início da Primeira República (1889-1930), tendo a questão da saúde como destaque principal, nesse sentido o papel da Educação Física seria o de constituir indivíduos fortes e saudáveis. No Brasil, pensar essas questões é imprescindível associá-las também a atuação de médicos higienista e os militares, os quais contribuíram de forma significativa para a construção de um modelo de saúde, como também para a estruturação da prática do profissional de Educação Física. Entretanto, é possível perceber que esse projeto de organização das questões de saúde era imposto por uma classe superior aos menos favorecidos, de que modo que se torna inviável assegurar a sua manutenção.

Em suma, as constatações acima são reflexos do pensamento de José Carlos de Souza no seu artigo intitulado *História da Educação Física no Brasil e suas tendências Pedagógicas no Ensino Superior*. Com base no trabalho do mesmo autor supracitado.

Pode se perceber que de acordo com Oliveira 1999, apud Souza:

(...) Os médicos contribuíram os estudos científicos, ou seja, a teoria, enquanto os militares organizaram a prática segundo alguns manuais de ginástica. Os médicos produziram estudos teóricos na faculdade de medicina a respeito das atividades físicas, enquanto os militares, a partir de tratados que exemplificavam alguns métodos ginásticos, contribuíram seu conhecimento a partir da prática de atividades físicas.

Nessa perspectiva, o discurso reforça a tese que os médicos foram importantes para a organização do conhecimento científico, no entanto, a atuação dos militares foi essencial para sistematizar e aplicar, ou seja, dar sentido a teoria, uma vez que se torna indissociável a relação entre teoria-prática. Logo é inviável a tarefa de atribuir méritos a um conjunto, ambos se complementam.

O que percebemos em relação à Educação Física militarista advém do período compreendido de 1930 – 1945, o qual apresenta forte traço militar, a obrigatoriedade da disciplina no ensino da Educação Física nas escolas se deu

devido à criação de um decreto em 1921 que estabelecia a sua execução, presente no regulamento de nº 07 ou o Método do Exército Francês. Diante disso, há uma vigilância por parte da legislação, fazendo com que o ensino que antes se restringia aos cursos secundários, também se estendesse ao conjunto escolar.

Para o autor Ghiraldelli Jr. no livro *Educação Física Progressista: a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira*, chama atenção para o fato que, “a Educação Física Militarista não se resume numa prática militar de preparo físico. É, acima disso, uma concepção que visa impor a toda a sociedade padrões de comportamento estereotipados, frutos da conduta disciplinar própria ao regime de caserna”. Para tanto, é preciso perceber a sua finalidade de disciplinadora da moral e dos bons costumes, preparando o corpo para lidar com situações que exigem o confronto, o combate e a luta em defesa da nação. Além de ter uma educação rígida autoritária ela era excludente, pois seu processo de seleção era o natural no qual os “fracos” eram eliminados e os “fortes” condecorados, tendo como objetivo principal o de transformar o cidadão comum em soldados para servir e obedecer bravamente com firmeza e audácia.

Na Educação Física Pedagogicista se deu ao longo dos anos de 1945-1964, diferentemente da Educação Física Higienista e militarista, esta tendência busca introduzir a Educação Física no contexto escolar.

Ghiraldelli 2004, p. 19 afirma que:

(...) a problemática da Educação Física como uma atividade prioritariamente *educativa*, ou seja, como disciplina comum aos currículos escolares. A Educação Física Pedagogicista é, pois, a concepção que vai reclamar da sociedade a necessidade de encarar a Educação Física não somente como uma prática capaz de promover saúde ou de disciplinar a juventude, mas de encarar a Educação Física com uma prática eminentemente educativa. E, como a única forma capaz de promover a chamada “educação integral”.

Ainda relacionado a essa tendência, um aspecto interessante a ser abordado diz respeito à valorização do profissional de Educação Física, algo que não acontece em outras tendências. A Educação Física é tida como atividade necessária e útil para a sociedade, logo é preciso está articulada a mesma, no sentido de formar cidadãos críticos capazes de conviver com o meio.

Em relação à Educação Física Competitivista se inicia a partir dos anos 1964 a 1985, estava exclusivamente voltada para o culto do atleta-herói⁵ e valorização da competição de alto nível. Dentro dessa perspectiva Ghiraldelli 2004, p.20 entende que:

Aqui, a Educação Física fica reduzida ao “desporto de alto nível”. A prática desportiva deve ser “massificada”, para daí poder brotar os expoentes capazes de brindar o país com medalhas olímpicas. No âmbito da Educação Física Competitivista, a ginástica, o treinamento, os jogos recreativos etc. ficam submetidos ao desporto de elite. Desenvolve-se assim o Treinamento Desportivo baseado nos avançados estudos da Fisiologia do Esforço e da Biomecânica, capazes de melhorar a técnica desportiva. A Educação física é sinônimo de desporto, e este, sinônimo de verificação de performance.

Nesse contexto pode-se analisar que a educação física Competitivista, está tão somente preocupada com o rendimento e em constante busca de superação do indivíduo, transformando aquela figura em herói, tendo como parceiro a mídia na idealização do campeão através de suas conquistas nacionais e internacionais tornando-o cada vez mais individualista nessa perspectiva.

A Educação Física Popular surge em 1985, ao pensá-la o autor Ghiraldelli chama a atenção para o fato que essa tendência não é praticada essencialmente pelo povo. No entanto ela nasce junto ao povo, surge de uma prática social de trabalhadores, tido como exemplo o grupo de vanguarda do Movimento operário. Nesse período também houve maior atuação dos comitês populares, os quais reivindicavam melhorias públicas.

É com base nas discussões já estabelecidas ao longo desse capítulo que percebemos o quando a Educação Física ainda é uma disciplina em construção. Nos anos 60 é visível o seu esforço de torná-la parte integrante do currículo escolar em geral, e também por meio da tendência pedagogista uma gama de ideias vem à tona, como procurar inserir a Educação Física ao contexto escolar como um fator

⁵ Essa expressão “atleta-herói” é utilizada por Ghiraldelli, no sentido de destacar a visão que a sociedade tinha em relação à competição explícita, na qual os sujeitos deveriam ser heróis, guerreiros e que acima de tudo vencem as batalhas travadas.

eminentemente educativo, ou seja, percebê-lo como um corpo que pensa e se articula com o seu meio.⁶

Nos anos 70, a Educação Física era praticamente voltada para as atividades esportistas, havia uma intencionalidade no seu discurso, o qual se pautava em enaltecer os valores cívicos e morais. Segundo Ronaldo Rodrigues da Silva & Eveline Lourdes de Sousa⁷ o governo estava empenhado em descobrir talentos para as práticas esportivas e em consequência disso preparar esses talentos para olimpíadas, como intuito de alavancar o crescimento.

Nessa abordagem Ghiraldelli, reafirma através de Cunha (1985), que o papel exercido pela Educação Física no meio competitivo no período da Ditadura Militar, compreendido entre os anos de 1968 a 1984, sendo a seguinte:

(...) orientação conservadora da Educação Moral e Cívica, a ditadura enfatizou também a Educação Física. As duas disciplinas já formavam um par coerentemente conservador no Estado Novo e assim foram retomadas após o golpe de 1964.

A idéia-força de ênfase na educação física era a seguinte: o estudante, cansado e enquadrado nas regras de um esporte, não teria disposição para entrar na política. Esta idéia era, aliás, adaptada de outra que os militares desenvolveram para os recrutas e os alunos das escolas militares. A técnica de controle que os militares estabeleceram fez com que fossem abrindo caminho nas organizações voltadas para a educação física e os desportos, na burocracia do Ministério da Educação- a que essa área está afetada- e fora dela. Em todos esses órgãos havia a presença maciça de militares em cargos de direção.

Sob os generais Geisel e Ney, as bolsas de estudo deveriam ser concedidas, de preferência, aos alunos de qualquer nível que se consagrassem campeões desportivos. Com isso, visava-se uma seleção às avessas: ao invés do desempenho intelectual e profissional, o desempenho desportivo. E houve universidades, como Gama Filho no Rio de Janeiro, que levaram esse espírito às últimas consequências, como com redondos frutos para o patrimônio de sua entidade mantenedora.

Buscava-se com essa política desportiva produzir a “coesão nacional e social” que a ditadura não havia conseguido com o Mobral nem com a propaganda via televisão.

⁶ Essa discussão está presente no artigo “*Educação Física Escolar: Atitudes e Valores*” de autoria de Ana Archangelo Guimarães; Fernanda da Costa Pellini; Jifferson Sobral Romualdo de Araujo; Juliano Meneghetti Mazzini.

⁷ Essa discussão com maiores esclarecimento se encontra no artigo “*Políticas Públicas de ensino: A Educação Física no contexto escolar da atualidade*” de autoria Ronaldo Rodrigues da Silva e Eveline Lourdes de Sousa.

Desse modo, percebemos que o ensino da Educação Física tinha suas bases pautadas no autoritarismo exercido pelo Estado e que de diversas maneiras influenciavam no método de aprendizagem, como bem aborda a citação acima era proveitoso manter o estudante engajado nas práticas esportivas, com intuito de sobrecarregá-los e assim tirar o foco para as questões políticas centrais da época, as quais não se constituem enquanto parte integrante deste trabalho.

Para os anos 80, diferentemente dos anos 70, já se percebe a ausência do caráter tecnicista agregado ao esporte, logo surge às teorias psicológicas e a necessidade de conhecer o outro “De onde fala? Por que fala?”. Nesse sentido, as abordagens pedagógicas vêm contribuir para esse processo de desenvolvimento, a exemplo, podemos citar a Construtivista, Desenvolvimentista, Crítico-Emancipadora, Crítico-Superadora, a Concepção de aulas abertas e dentre outros. Logo, tais abordagens são descritas com base na obra de Marcia Regina Grespan “*Educação Física no Ensino Fundamental Primeiro Ciclo*”.

Com relação à Abordagem Construtivista, essa proposta busca trabalhar os desenvolvimentos cognitivo e motor associados às aulas de Educação Física para que as mesmas sejam desenvolvidas de forma adequada estimulando o raciocínio lógico e a habilidade motora. Quanto, a Abordagem Desenvolvimentista enfatiza o movimento e a habilidade motora em si como uma base importante para o desenvolvimento da criança e sua adaptação ao meio, de modo que, a Educação Física se insere nesse contexto enquanto veículo de difundir e diversificar as experiências motoras.

A abordagem Crítico-Emancipadora, consiste na tentativa de buscar uma transformação didático-pedagógica através do esporte, de maneira que haja uma reflexão crítica de crianças e jovens no intuito de compreender as estruturas sociais vigentes que os mesmos estão inseridos. Já em relação à Abordagem Crítico-Superadora, é construída na mediação professor-aluno, como também com as múltiplas relações exercidas com o meio social, tem como objetivo favorecer aos mesmos alternativas para compreender o contexto histórico a partir da realidade que está voltada para os interesses de uma classe.

A Concepção de aulas abertas, os alunos têm a possibilidade de interagir com o professor no poder de decisão ao organizar a estrutura da aula, nesse

sentido, tal medida contribui para a resolução de eventuais situações problemas e gerar uma aula com maior participação do grupo.

A Educação Física é introduzida aos currículos escolares desde o início do século XX, sendo amparada pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB). A implementação dessa lei vem regulamentar o ensino possibilitando a introdução dos conteúdos através de diversas abordagens pedagógicas em sala de aula, desse modo é possível perceber que, a Educação Física abre espaço para a pedagogização, favorecendo o desenvolvimento da criança, refletido nas próprias atividades, como jogos, danças, ginásticas e outros.

1.2- A Educação Física na Educação Escolar

A Educação Física no contexto da Educação escolar vem sendo discutida e tem se intensificado há algum tempo, ganhando grande impulso a partir da lei promulgada em 20 de dezembro de 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases explicitada no art. 26, § 3º, onde ressalta que *“a Educação Física, integrada á proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se ás faixas etárias e ás condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”*. Desse modo, fica explícito que a Educação Física torna-se obrigatória na escola nos cursos diurnos e com restrição do noturno como esclarece a citação exposta.

A Educação Física, no âmbito escolar assume a responsabilidade de contribuir para a construção do conhecimento, ou seja, integrar o alunado e possibilitar que os mesmos consigam estabelecer relações entre a teoria e prática. É importante que essa relação esteja clara no entendimento tanto do aluno quanto do professor, uma vez que não faz sentido apenas aprender os fundamentos técnicos e táticos de um determinado esporte, por exemplo, é preciso organizar esse aprendizado para colocar em prática, logo se tornar possível o descobrir e experimentar dos movimentos do seu corpo, essenciais para sua formação educacional.

Sob essas observações Maria Cristina Chimelo Paim pontua que:

“(…) E também tarefa do educador provocar nos alunos desequilíbrios ou necessidades psicológicas que levem ao desenvolvimento de uma personalidade integrada, à busca do equilíbrio, do auto-conhecimento, da descoberta de suas limitações e possibilidades de superá-las”. (2002, p. 160).

Nesse sentido, essas reflexões nos encaminham a repensar a prática educacional infantil, destacando a necessidade de valorizar a movimentação da criança, e perceber que envolvidos em toda essa “inquietação”, está inserido a sua capacidade de expressão do conhecimento. No decorrer dos estudos constatamos que a escola surge com a tarefa de realizar a mediação desses saberes, permitindo dessa forma relacionar o meio com suas ações, como por exemplo, o ato de cantar, dançar, correr, pular e dentre outros.

Partindo desse pressuposto, entende-se que o processo educacional deve ser utilizado intencionalmente, com o objetivo de interferir nas ações do indivíduo para que o mesmo possa reproduzir seus atos na sua vida diária. Dentro desse contexto, Newton Duarte em seu livro intitulado *Educação Escolar, Teoria do Cotidiano e a Escola de Vigostki* (1999), reflete que “(…) *A vida cotidiana da sociedade contemporânea torna-se cada vez mais complexa, exige cada vez mais a utilização de conhecimentos e habilidades que não são adquiridos de forma espontânea e natural.*” (p.50).

No capítulo I do livro *Sobre o Construtivismo: contribuições a uma análise crítica*, João Herinque Rossler (2005), verifica-se que em meio a esse processo de busca pelo conhecimento e habilidades, a sedução⁸ está presente de forma explícita ou mais implícita no processo educacional, e se apresenta em diferentes situações, como por exemplo, no ambiente e trabalho escolar. Segundo o mesmo autor, a sedução atrelada à prática educativa, nem sempre exerce uma consciência de suas ações, uma vez que não há uma manifestação crítica, reflexiva sobre suas relações com o meio.

Por essa razão entendemos ser necessário ao falar da educação física escolar conhecer o processo de desenvolvimento e crescimento da criança, uma vez

⁸ Com base em Rossler (2005), a sedução é uma manifestação dos processos de alienação que se materializam de maneira objetiva e subjetivamente hoje na nossa sociedade contemporânea.

que são sujeitos importantes e estaremos a todo o momento nos referindo aos mesmos no capítulo, no intuito de atentarmos para a necessidade da formação e qualificação de profissionais em diversos âmbitos educacionais, até mesmo com a finalidade de amenizarmos os efeitos do processo de sedução e “alienação” na relação teoria-prática em nossas escolas. Logo, conhecer a criança e suas particularidades ainda é o caminho mais viável.

Nessa perspectiva, de acordo com Mauro Betti e Luiz Roberto Zuliani, ao propor pensar e refletir sobre as fases de desenvolvimento e crescimento na primeira fase do Ensino Fundamental é necessário respeitar os limites que compreende esse processo como são apontados abaixo:

(...) Na primeira fase do Ensino Fundamental (1º a 3º/4º anos), é preciso levar em conta que a atividade corporal é um elemento fundamental da vida infantil, e que em adequada e diversificada estimulação psicomotora guarda estreitas relações com desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança; deve-se privilegiar o desenvolvimento das *habilidades motoras básicas, jogos, e brincadeiras de variados tipos e atividades de autotestagem*. (2002, p. 75).

É pensando nesse período da infância compreendido dos 6 aos 10 anos, que se deve procurar entender como funciona o seu desenvolvimento, e como se organiza esse processo. De acordo com Piaget, o desenvolvimento da criança divide-se em estágios, no entanto, não necessariamente ela deverá seguir essa ordem, as mesmas são repletas de alterações estáveis e progressivas, é nessa fase da infância tanto para meninos e meninas que as diferenças se tornam mínima, pelo fato do crescimento se processar de forma lenta e desacelerada, de modo que passa a possibilitar a essas crianças se habituar aos seus corpos. Logo são estas alterações vivenciadas e percebidas ao longo do crescimento que conduzirá a organização do desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor da criança⁹.

Assim, para que a compreensão seja estabelecida de modo satisfatório acerca do desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor mencionado acima, faz se necessário realizar algumas reflexões sobre esse período da infância. Para tanto,

⁹ Essa discussão de forma mais esclarecedora se encontra concentrada na obra de Marcia Regina Grespan intitulada *Educação Física no Ensino Fundamental: Primeiro Ciclo*. Campinas, SP: Papirus, 2002.

utilizaremos a obra intitulada *Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos*, fruto do estudo de David L. Gallahue e John C. Ozmun.

Para o desenvolvimento motor da criança, a escola é um espaço de extrema importância, onde juntamente com o professor de Educação Física e os demais colegas de turma, se aprende a conviver em grupo e a buscar um melhor desenvolvimento e coordenação dos movimentos corporais, os quais podem ser adquiridos com atividades que envolva o arremesso e o rebate de bola, pois vem trabalhar com a prática e o domínio. É possível perceber que nessa fase, trabalhar com as habilidades relacionadas a jogos torna-se atividades bem sucedidas, uma vez que a criança está aprendendo a lidar com situações que envolvem a participação, liderança e disputa.

Já se pararmos para observar o desenvolvimento tanto cognitivo quanto motor da criança veremos que este se encontra atrelado à aprendizagem, é nesse período que os mesmos estão abertos para vivenciar situações criadas por elas próprias a fim de explorar os espaços encontrados na busca do conhecimento, uma vez que possuem boa imaginação e mentes criativas, conseguindo assim lidar melhor com situações concretas e a partir delas fazer suas próprias associações. No entanto, vale ressaltar que essas crianças necessitam de orientação adequada até alcançar uma resposta e tomar suas próprias decisões.

Ao procurarmos estabelecer considerações também sobre o desenvolvimento afetivo de meninos e meninas, é notório que os mesmos apresentem interesses similares, no entanto, ao longo do convívio ocasionalmente, as divergências surgem. Segundo Gallahue & Ozmun (2005, p.245), nessa etapa de desenvolvimento, período das operações concretas a criança é mais arrogante, não consegue lidar muito bem com a derrota nem com a vitória, costuma criticar suas próprias ações, a sensibilidade está elevada, em relação à maturidade ela consegue adquirir uma postura melhor na escola que em casa, em relação à maneira que são punidas por algo que tenham feito de “errado”, se for de maneira “justa” elas conseguem aceitar bem da mesma maneira aceitam a disciplina e ao encorajamento, depende unicamente de como são utilizados.

Essas constatações quanto ao desenvolvimento de crianças vêm evidenciar o desafio de articular a proposta pedagógica com as necessidades das mesmas, tendo em vista destacar que o planejamento deve ser organizado com atenção e cuidado, pois é a partir dessa perspectiva que parte da aprendizagem da mesma será vinculada. Obviamente isso não implica propor a realização de qualquer tipo de atividade e utilização de materiais, mais optar por traçar medidas que tornem a distribuição de tarefas apropriadas e acolhedoras para essa faixa etária, procurando assim inseri - lá em contato com o meio.

Diante do exposto, cabe ainda perguntar se temos profissionais qualificados para lidar com a aprendizagem dessas crianças? Sabe-se que o ensino da Educação Física passou por um longo processo conturbado até se estruturar enquanto disciplina curricular e ser introduzida na escola. Segundo Grespan (2002), pode se dizer que a mesma surge sempre em contextos que venham atender á interesses de cada período.

Nessa perspectiva, percebe se que a Educação Física passou por um longo processo histórico, o fato de já se encontrar articulado nos currículos se torna um grande progresso. No entanto, segundo Eliana Ayoub (2001), a autora chama a atenção para o fato que essa proposta já existe fundamentada em leis, mais isso não implica considerar que seja executada nas escolas, e para que a mesma ocorra é necessário se pensar em uma educação democrática e haja políticas e ações do governo que deem garantia e prioridade a sua concretização.

CAPÍTULO II

2- EDUCAÇÃO FÍSICA E DESAFIOS NO ÂMBITO ESCOLAR

Neste capítulo, buscaremos dialogar sobre a realidade e perspectiva da Educação Física no ensino fundamental I, estabelecendo um diálogo entre as, Leis de Diretrizes e Bases/ LDB 9.394/96, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e autores relacionados, com intuito de perceber como é retratada a Educação Física em diversos âmbitos escolares da rede pública (municipal e estadual), enfatizando desse modo os dilemas enfrentados.

2.1- A Educação Física no ensino fundamental I: Realidade e perspectivas.

Analisar o ensino da Educação Física no ensino fundamental é necessário a compreensão do processo de modificação da legislação em que se refere a educação no país, através da nova lei de Diretrizes e Bases no qual poderá ser percebido através do projeto de decretos do Governo Federal – Leis de Diretrizes e Bases/ LDB 9.394/96:

Art. 10º. II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

Nessa perspectiva, percebemos através da lei que os Municípios possuem autonomia para sistematizar as atividades de ensino de acordo com as suas necessidades educacionais. Com isso, a Educação Física também se insere em tal planejamento, no intuito de possibilitar maior mobilização política e social.

Para compreender a Educação Física e seus desafios no âmbito escolar, é indispensável associar a relação teoria e prática, pois ambos se completam, e são essenciais para o desenrolar das aulas de Educação Física. Dessa maneira a Lei de Diretrizes e Bases/ LDB 9.394/96 reforça que:

Art.27º. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I – a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II – consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III – orientação para o trabalho; IV – promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.

Neste sentido, nos resta perguntar se o trabalho desenvolvido nas escolas tem associado a teoria com a prática em suas atividades, adequando às propostas de trabalho como sinaliza a lei acima?

Para responder a tal questionamento será necessária a realização de um estudo mais aprofundado através de pesquisas de campo em diversas unidades escolares, no entanto, esta pesquisa não se propõe a adentrar nessa discussão, embora essa questão também seja discutida no trabalho de Grespan (2002, p.27), ao afirmar que:

Paradoxalmente a esse processo da educação física escolar, ainda encontramos escolas que a julgam uma disciplina sem importância, jogando suas aulas para períodos chamados contraturnos, deixando seus materiais didáticos sucateados e impossibilitando ou dificultando todo o trabalho do professor (mesmo aqueles comprometidos com trabalho de mudanças).

Na citação acima Grespan reflete a condição da Educação Física e o espaço de trabalho em uma dada realidade no contexto escolar, desde já vale ressaltar que, a nossa intenção não é generalizar essa discussão para todos os recintos. Ao associarmos essa discussão a Leis de Diretrizes e Bases/ LDB 9.394/96, mais precisamente ao Art. 10º. II podemos perceber que os Municípios são autônomos no sentido de assegurar os recursos financeiros em prol da educação, no entanto, isso não significa que a todas as unidades escolares essa distribuição ocorrerá de modo homogêneo, já problemas são evidenciados como bem aborda a autora.

Quando se pensa em Educação Física no âmbito escolar, há uma idealização ampla das condições e locais onde serão ministradas as aulas. Nessa linha de pensamento se acredita deparar com instalações adequadas para tal realização, com base no artigo “*Educação Física Escolar: Realidade e Perspectivas*” de Ana Cláudia Maia Soares e Aracy Nayara Maia Soares (2010), logo as mesmas apontam para a importância de elementos estruturais nesses espaços como: “(...) É

importante ter quadras e piscinas, pátios, laboratórios, ginásios, parques, campos, dentre outros”. Diante do fato exposto, percebe-se que o quadro proposto pelas autoras se encontra longe de adentrar a realidade das escolas, esses elementos são essências para a diversificação do trabalho do professor, mais a sua ausência não inviabiliza a prática como um todo, mais dificulta na medida em que não encontram condições favoráveis para a concretização do planejamento de trabalho.

O professor de Educação Física na sua prática cotidiana enfrenta e convive com problemas, como a situação esboçada acima relativa às precárias condições estruturais das escolas para a realização da Educação Física. Entretanto, diante do exposto, cabe ao professor buscar medidas criativas para a concretização do seu trabalho, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) vem trazendo algumas sugestões para adequar as atividades exemplificadas de tal modo:

Mesmo que não se tenha uma quadra convencional, é possível adaptar espaços para as aulas de Educação Física. As crianças fazem isso cotidianamente e é comum vê-las jogando gol-a-gol na porta de aço de uma garagem, ou usando um portão como rede para um jogo de voleibol adaptado. O professor pode utilizar um pátio, um jardim, um campinho, dentro ou próximo á escola, para realizar as atividades de Educação Física. (BRASIL, 1997, P.61).

As sugestões sempre serão viáveis, embora não podemos afirmar que essas atividades obterão êxito no seu desfecho, podendo fracassar pelo fato das condições explicitadas, o ideal seria uma parceria entre escola, sociedade e poderes públicos no intuito de contribuir para resolver essa problemática na escola.

Nas escolas os fatores já mencionados podem interferir até mesmo no seu funcionamento cotidiano, logo para demonstrar a afirmação supracitada, em adição Pimentel (2010) apud, Silva, Damázio (2008) relata que:

(...) as aulas de educação física por não ter um espaço adequado são ministradas próximos a outros ambientes ex: (salas de aulas, secretarias, biblioteca) conduzindo interferências sonoras, que atrapalha as outras aulas que acontece ao mesmo tempo criando inimizade com professores e alunos. Outro problema que atrapalha as aulas de educação física para Silva, Damázio (2008) e a proteção ao redor das quadras que são poucas

escolas que possui esse fator além de limitar o trabalho com os alunos oferece risco a vida dos alunos porque quando uma bola cai na rua os alunos correm para buscá-la ficando exposto a perigo de acidente e muitos outros fatores que oferecem risco.

De acordo com as reflexões e discussões em torno dos questionamentos sobre a importância da Educação Física na escola, percebemos que vai muito mais além do ato de praticar esportes, é um espaço que possibilita a criança interagir com o grupo e também descobrir os limites do seu corpo, resultante da interação com o meio, partes dessas conquistas também estão associadas à troca de experiências cotidianas, as quais resultam da ação de criar, realizar e socializar as vivências adquiridas com o objetivo de formar indivíduos críticos e reflexivos.

É com base nas discussões já estabelecidas que se faz necessário realizar uma reflexão sobre a concepção de Educação Física trazida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e também utilizar autores que abordem esta questão com objetivo de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa.

De acordo com as indagações já mencionadas, para os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) a Educação Física tem como objetivo: *“questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação”*.

Segundo Grespan (2002, p.84) é constatado que:

(...) a educação física deve dar oportunidades a todos os alunos para que desenvolvam, de forma democrática e não-seletiva, visando a seu aprimoramento como seres humanos numa perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem, que busca o desenvolvimento da autonomia, da cooperação, da participação social e da afirmação de valores e princípios democráticos, abrindo espaço para discussões sobre aspectos éticos e sociais.

Para o Coletivo de autores (1992) a Educação Física se justifica como:

Nessa perspectiva da reflexão da cultura corporal, a expressão corporal é uma linguagem, um conhecimento universal, patrimônio da humanidade que

igualmente precisa ser transmitido e assimilado pelos alunos na escola. A sua ausência impede que o homem e a realidade sejam entendidos dentro de uma visão de totalidade. Como compreender a realidade natural e social, complexa e contraditória, sem uma reflexão sobre a cultura corporal humana? (p.42).

Nesse contexto torna se importante ressaltar que quando se trata do ensino da Educação Física os autores apresentam discussões variadas, no entanto, comunga da intenção de tornar a Educação Física uma disciplina engajada no processo de construção de uma sociedade ativa. Nesse sentido é importante que o ensino da Educação Física também seja pensado em uma perspectiva interdisciplinar, onde estabeleça relações com outras áreas do conhecimento, como por exemplo, História, Geografia e Pluralidade Cultural, de modo que o seu trabalho não esteja apenas vinculado às aptidões ou habilidades físicas¹⁰.

A análise das observações pontuadas acerca da Educação Física, nos faz refletir sobre os aspectos teóricos propostos e em contrapartida também nos questionar a respeito da relação prática, ou seja, perceber o quê faz? E por que faz? Para quem faz? E se há uma consciência nessa ação?. Segundo Duarte (2004,p.55), pensar a relação entre significado e sentido das ações humanas é importante para a educação, se tornado um dos grandes dilemas para a educação escolar contemporânea, principalmente ao procurar adequar as propostas de trabalho de modo que possuam significância para a vida dos alunos.

Nesse contexto para trabalharmos com a Educação Física no Ensino Fundamental I faz se necessário compreender o universo da criança, pois para realizarmos qualquer tipo de atividade são imprescindíveis termos conhecimento do que é esse “ser criança” e acima de tudo procurar perceber seus limites, medos, sonhos, fantasias, desejos e outros, de modo que sejam respeitadas em sua relação com outro e o meio. Segundo Damazio (1994, p.09), não há “fórmula” para delimitar o “ser criança”, uma vez que são sujeitos que apresentam características múltiplas e particulares e que agirão de acordo com os períodos de desenvolvimento infantil.

¹⁰ Essa discussão se encontra inserida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's 1997), ao propor estabelecer um diálogo entre o ensino da Educação Física e outras áreas do conhecimento, ao explicitar que seria interessante o aluno ter conhecimento quanto a sua postura e o movimento e também da coletividade, logo pensar a realização desse trabalho atrelada a historia local. Nesse sentido estabeleceria relações com a História e seus conteúdos propriamente ditos.

Na visão de Damazio (1994, p.41), é necessário ter uma compreensão mais ampliada das ações exercida pelas crianças, estando sempre atentos através das suas relações com o outro e como sujeito, para que haja um bom desenvolvimento, é necessário que se tenha respeito aos seus impasses, explorar a verdade sobre a realidade, bem como incentivar seus fascínios diante dos objetos manipulados. A criança vive um mundo do ser e do concreto, onde o movimento e a ludicidade são motivados pelo prazer de descobrir e criar nomes para seus objetos, criando assim sua própria personalidade.

Para Koren et. al (2008, p.37), afirmam que a criança é um ser em constante desenvolvimento e movimento, sendo que cada uma possui características específicas e individuais, de maneira que sejam respeitadas suas limitações e seus momentos. Cada criança possui ritmos e ações diferenciadas, de forma que umas são mais hábeis e ativas que outras, embora isso não venha justificar que as mesmas deixarão de desenvolver suas habilidades motoras e cognitivas, para que essas potencialidades sejam aperfeiçoadas ao longo desse processo, se faz necessário a utilização de estímulos adequados, explorando todas as possibilidades motoras proporcionadas no meio em que vive.

Dessa forma é necessário se questionar a todo o momento qual a visão do adulto em relação às crianças e se os mesmos buscam entender como ocorre o seu desenvolvimento. Nessa perspectiva surge á pergunta, será que essas crianças na maioria das vezes são tratadas como crianças? Os adultos buscam ouvi-las? São levados em considerações seus pontos de vista?

Nesse sentido, Damazio (1994, p. 46), assegura que a criança não é um adulto em miniatura, pois as mesmas apresentam características próprias de sua idade, dessa maneira deve-se buscar compreendê-las para serem capazes de interpretar suas ações.

Para Damazio (1994, p.27), a criança muitas das vezes passa a ser alvo do desrespeito do adulto, pois os mesmos são tratados como objetos de manipulação e não como sujeito, sendo que as mesmas não têm autonomia, ou seja, para o adulto a criança tem que seguir regras impostas por eles, onde seu ponto de vista e seus anseios não são levados em consideração, agindo de maneira imperiosa sem ao

menos buscar estabelecer um diálogo para uma maior compreensão ao fator de não poder executar o que é apreendido pelo adulto.

Sendo assim, percebe-se que os autores supracitados concordam com as idéias expostas se aproximando na medida em que estabelecem um consenso, ao constatar que o mundo da criança torna-se limitado muitas das vezes e que suas ações também são manipuladas e por vezes chegam até a serem controladas. Essas indagações não estão distante dos fatos vivenciados, logo essas ações também podem ser percebidas no cotidiano, no seio familiar e escolar, os quais daremos maior atenção por fazer parte do nosso enfoque de pesquisa.

A concepção de “criança” antes vista como um adulto em miniatura não causava estranheza em séculos passados, no entanto, na atualidade a criança vem ganhando espaço na sociedade, sendo que cada vez mais se buscam estudos com novo olhar sobre a criança com objetivo de entendê-las melhor nesse processo que envolve sentimentos, respeito e todo processo de desenvolvimento e suas particularidades. Nessa linha de pensamento com base no artigo *Vygotsky e o desenvolvimento humano* de Elaine Rabello e José Silveira Passos aborda Piaget e Vygotsky como percussores importantes no sentido de pensar uma educação que priorizasse a autonomia da criança enquanto um ser integrado à sociedade, nessa perspectiva:

Vygotsky trouxe uma nova perspectiva de olhar às crianças. Ao lado de colaboradores como Luria, Leontiev e Sakarov, entre outros, apresenta-nos conceitos, alguns já abordados por Jean Piaget, um dos primeiros a considerar a criança como ela própria, com seus processos e nuances, e não um adulto em miniatura.

Um das finalidades da Educação Física no ensino fundamental I é justamente buscar compreender e entender de forma mais precisa os anseios desejados pelas crianças, bem como trazer para seu cotidiano atividades que venham desenvolver suas potencialidades durante todo seu período de infância. Como essa criança está em fase de desenvolvimento se faz necessário entender suas etapas de crescimento e como deve ser executado o trabalho durante as aulas, pois iremos lher dar com diferentes tipos de crianças com características distintas.

Nesse contexto, a Educação Física escolar busca compreender a criança para poder trabalhar de forma pedagogizada, durante o período de desenvolvimento a criança passa por uma série de mudanças de forma que os fatores cognitivos, afetivos e motores, são determinantes para o seu desenvolvimento durante a infância de maneira que vem despertando uma maior atenção por parte dos estudiosos que lidam com crianças no período de formação.

Kishimoto (2006, p.36), afirma que:

O uso do brinquedo/jogo educativo com fins pedagógicos remete-nos para a relevância desse instrumento para situação de ensino-aprendizagem e de desenvolvimento infantil. Se considerarmos que a criança pré-escolar aprende de modo intuitivo, adquire noções espontâneas, em processos interativos, envolvendo o ser humano inteiro com suas cognições, afetividade, corpo e interações sociais, o brinquedo desempenha um papel de grande relevância para desenvolvê-la.

Nesse sentido, a visão de Kishimoto esboçada acima vem reforçar o trabalho envolvendo os fatores cognitivos, afetivos e motores no ensino aprendizagem de crianças, os quais estaremos realizando uma explanação mais detalhada em seguida. No entanto a autora se refere à criança pré-escolar, pensamento no qual não se distancia das séries do ensino fundamental I correspondente a faixa etária de 7 a 10 anos de maneira que uma está atrelada a outra.

As atividades motoras na escola assumem um papel importante, uma vez que será responsável por favorecer o desenvolvimento da criança, de modo que Ana Paula Zunino e Marcos Rafael Tonietto chamam a atenção:

As experiências motoras, que devem estar presentes no dia a dia das crianças, são representadas por toda e qualquer atividade corporal realizada em casa, na escola e nas brincadeiras. A realização de jogos, esportes (pré-desportivos), danças, ginásticas e lutas (jogos de oposição) proporciona á criança um desenvolvimento motor adequado ás suas especificidades e torna as atividades físicas hábitos prazerosos de uma vida ativa. (2008, p.09).

Com isso, pode-se dizer que as atividades motoras, como por exemplo: andar, correr, saltar e dentre outras, apresentam influência significativa na vida da criança, ao lhe proporcionar o hábito de exercerem atividades saudáveis, sendo assim a utilização de atividades lúdicas no contexto educacional, possibilita maior interesse e satisfação no desenvolvimento das propostas realizadas pelo professor. Nesse sentido, a Educação Física nas séries do ensino fundamental trabalhará com atividades planejadas, logo possibilitando aos mesmos a utilização de métodos e aprendizagens adequadas de maneira que venha a contribuir durante todo seu processo de formação e desenvolvimento.

Quanto ao fator cognitivo, verifica-se através do mesmo que se tem a possibilidade de perceber e acompanhar a aprendizagem da criança. Desse modo, cabem às aulas de Educação Física pensar em propostas de atividades em que se possa está desenvolvendo algumas funções como, por exemplo: pensar, racionar e agir. Portanto o processo de ensino aprendizagem deve ser construído tendo em vista que a criança é um ser pensante, e o seu aprendizado está atrelado a sua interação com os indivíduos, escola e sociedade¹¹.

No âmbito escolar a afetividade se faz presente na medida em que se torna responsável por lidar com a construção do conhecimento das crianças, uma vez que a sua interação com o meio favorecerá na composição de sua própria identidade e personalidade. Diante do exposto é fundamental que o professor esteja atento a essas questões, procurando introduzir nas aulas a utilização de valores e atitudes, os quais serão essenciais para o trabalho avaliativo do mesmo, buscando compreender em suas ações há existência ou não de dificuldades e conflitos durante as atividades¹².

Com base nas informações acima, é necessário que o professor tenha conhecimento das diferentes fases do desenvolvimento, dessa forma é preciso compreender e levar em consideração os progressos e as especificidades das ações. É pensando sob essa ótica que logo se busca respeitar as características individuais de cada sujeito, tendo em vista apontar a importância da realização de

¹¹ Essa discussão com maiores esclarecimentos se encontrado no artigo intitulado “*Vygotsky e o desenvolvimento humano*” dos autores Elaine Rabello e José Silveira passos. Disponível em <<<http://www.josesilveira.com>>>.

¹² As reflexões estabelecidas acerca do fator afetivo se concentram no livro “*Viver é aprender a conhecer*” de Ana Paula Zunino e Marcos Rafael Tonietto.

um planejamento adequado e viável para as aulas de Educação Física, logo esse será o próximo aspecto da discussão seguinte, ou seja, como trabalhar com a Educação Física e quais as suas implicações.

Percebe-se então, que as propostas metodológicas para o ensino da Educação Física devem estar atentas as especificidades dos alunos, e procurar realizar um planejamento de trabalho claro, onde os seus objetivos sejam explicitados, tendo em vista permitir assim despertar uma maior participação e interesse por parte dos alunos, através de reflexões, as quais estabelecerão uma visão critica dos fatos e acontecimentos.

Na visão de João Batista Freire (2002):

Uma proposta pedagógica não pode estar nem aquém e nem além do nível de desenvolvimento da criança. Uma boa proposta, que facilite esse desenvolvimento, é aquela em que a criança vacila diante das dificuldades mais se sente motivada, com seus recursos atuais, a superá-las, garantindo as estruturas necessárias para níveis mais elevados de conhecimento. (p.114).

Consequentemente bons planejamentos apresentarão contribuições para o seu processo de aprendizagem, refletidos em suas próprias ações, como por exemplo, estarão aptas para tomar decisões e serem autônomas em suas atividades, bem como discutir sobre quais ações serão mais adequadas durante esse processo, discutindo sobre regras de maneira que sejam capazes de agir de forma individual ou em grupo. Sendo assim é necessário destacar que no ensino da educação física escolar é fundamental que haja o casamento da teoria e prática no seu processo de aprendizagem.

Com base no que foi dito acima, percebemos que para haver de fato esse “tal casamento” entre teoria e prática a Educação Física terá de se justificar a todo o momento mostrando sua importância e contribuições nos desenvolvimentos dentro e fora do âmbito escolar. Com isso percebemos que o profissional dessa área se depara com problemas que vem perdurando por muitos anos até os dias atuais dentro dos ambientes em que a Educação Física está inserida, a falta de estrutura nesses espaços para que aconteçam o desenvolvimento das atividades, percebe-se

que tais situações ocorrem pelo fato da ausência de um currículo e propostas curriculares bem estruturadas, através de elementos que sejam relevantes para que exista compreensão a partir do momento em que surja algum tipo de dificuldades durante o processo de aprendizagem.

A respeito disso, Grespan (2002) vem reafirmar a discussão:

Um dos grandes problemas da educação física escolar está em organizar e sistematizar os conteúdos a serem trabalhados ao longo da vida escolar, da educação infantil até o ensino médio. Há várias propostas indicadoras de como trabalhar com estruturas ainda incipientes relativas à organização dos conteúdos da área, porém elas ainda carecem de exemplificações claras e objetivas de como sistematizar os conteúdos ao longo da vida escolar. (p.09).

Desse modo, o currículo se caracteriza como um elemento de organização dentro das estruturas escolares. Nesse sentido, analisamos também que o mesmo objetiva-se em ordenar os conteúdos de forma sistematizada, para que desse modo os alunos busquem refletir e pensar sobre a realidade social em que se inserem em tal contexto. É verificado que ao se reportar a Educação Física é possível perceber uma divergência de pensamentos entre autores, gerando assim conflitos de opiniões causadas pela desestruturação em que se encontra atrelada no seu desenvolvimento no contexto educacional, diversos autores como Grespan e Freire comungam de pensamento similar. Logo compreendemos na fala de Medina (1992) a sua insatisfação quanto a essa postura adquirida pela Educação Física enquanto componente curricular: "(...) o que mais assusta não é o desprezo e a discriminação em si, mas sim a passividade com que ela aceita todos os seus condicionamentos. O problema do corpo em nossa sociedade tem que ser repensado, e esta é uma tarefa urgente dos profissionais ligados à área da Educação Física".

Para trilhar um caminho no intuito de desenvolver uma Educação Física como componente curricular, é preciso que se tenha um conhecimento mais ampliado sobre a mesma, compreendendo seus dilemas e especificidades, e que se busque organizar, valorizar e sistematizar sua forma de ensino.

De acordo com o coletivo de autores (1992), podem ser utilizados conteúdos nas aulas como: jogos, esporte, ginástica e dança no processo de ensino - aprendizagem. Tais fatores contribuem para o emprego das atividades citadas acima nas aulas de educação física escolar, atendendo as necessidades das crianças conduzindo-as de maneira com a qual as mesmas estejam sempre envolvidas em suas “ações”, colaborando para o seu desenvolvimento e como já foi mencionado em outras discussões trabalhar os aspectos motor, cognitivo e afetivo.

Conforme as discussões travadas a nossa pesquisa nos encaminhará a um aspecto de extrema relevância diante da composição dos inúmeros fatores já abordados, é preciso pensar na inserção do ensino da Educação Física no ensino fundamental, tal ausência se deve a alguns aspectos que serão abordados. O primeiro agravante a ser levantado diz respeito a sua condição enquanto componente curricular, no qual se apresenta de certo modo em um patamar desigual em relação a outras disciplinas no contexto escolar. Isso torna-se evidente devido à própria ausência do ensino da disciplina de Educação Física, mas também se pararmos para observar nas mais variadas escolas a aula de matemática, português, história e dentre outros é permanente nos currículos. É observado através de leituras bibliográficas que há o ensino da Educação Física em escolas particulares, no entanto quando se trata do mesmo nas redes públicas nota-se a falta de políticas públicas voltadas para o ensino da Educação Física, bem como o descaso por parte do estado na ampliação e qualificação de profissionais competentes.

Essa questão também nos faz refletir a cerca do professor responsável pelo ensino da Educação Física, e de fato estabelecer um questionamento inicial sobre quem é o professor habilitado para lecionar o componente curricular? Obviamente, sabemos que é o professor de Educação Física que possui qualificação requisitada dentro da área. Entretanto, a realidade do ensino muitas vezes é distorcida ao percebemos a presença de ex – atleta, técnico esportivo, professores de outras áreas e dentre outros. Desse modo, é importante ter profissionais com formação acadêmica, os quais estarão aptos para lidar com ensino da teoria e prática, no sentido de poder trazer contribuições e melhorias para o ensino – aprendizagem da Educação Física.

Portanto, é inquestionável a importância da Educação Física para as séries do ensino fundamental, principalmente por se tratar de crianças em processo de aprendizagem, de modo que o ensino deve estar relacionado com as suas respectivas fases de formação e crescimento. Dessa maneira a inserção do ensino da Educação Física permite que a criança desenvolva suas habilidades corporais desde cedo, ampliando assim seu desenvolvimento integral, bem como a sua interação com o meio.

Entretanto, assegurar a esta criança um ensino de qualidade, tem se tornando um dilema para a educação em si, e se tratando do componente curricular em Educação Física, essa realidade se agrava por inúmeros fatores já discutidos no trabalho, desse modo, vem reafirmar um universo de desigualdades em meio à falta de perspectiva no âmbito educacional, o que não significa inviabilizar o trabalho em si, mais reflete de certa maneira no desempenho do mesmo.

2.1 – Educação Física no ensino fundamental I: Inclusão ou exclusão?

Considerando o processo histórico do Ensino da Educação Física no contexto escolar, pode se observar que a mesma é tida como uma disciplina em construção e vem se deparando com uma série de conflitos e dificuldades, que interferem significativamente na prática pedagógica e no cotidiano escolar. Dessa maneira, o trabalho de José Luis Dalla Costa intitulado *A Educação Física nas Escolas Públicas de Ensino Fundamental do Município de Erechim – RS* retrata tal situação ao abordar que:

(...) é possível então identificar que a Educação Física, em grande parte do mundo, apresenta-se em situação precária, muitas vezes nem sendo oferecida, e quando o é, encontra barreiras como a falta de professores qualificados, indisponibilidade de materiais, bem como de instalações adequadas e de recursos para a sua realização. (2008, p.14)

Nesse sentido pode-se perceber que, a Educação Física é uma disciplina que tem tido pouca importância nos espaços escolares da educação infantil, ou seja, em alguns casos não é oferecida, e quando a mesma é inserida nos currículos, se

depara com inúmeros problemas como: falta de professores qualificados, ausência de materiais, além da falta de espaços (infraestrutura) destinados a execução das aulas.

Outro fator determinante que impossibilita a adequação de uma proposta pedagógica e introdução para inserção das aulas de Educação Física dentro desse contexto, se diz respeito ao compromisso de atuação dos profissionais da área e a forma em que as políticas públicas são direcionadas. Nessa perspectiva, o artigo *Práticas Pedagógicas dos Professores de Educação Física Escolar (séries iniciais do Ensino Fundamental) de Escolas Particulares* de autoria de Daniel Teixeira Maldonado & Ana Martha de Almeida Limongelli, lançado na Revista Pulsar – Revista da Escola Superior de Educação de Jundiaí (2010) ressalta que:

Kunz (2003) diz que o descaso que acontece nas aulas de Educação Física é ocasionado pelo próprio discurso acadêmico dos profissionais da área que passaram anos discutindo o que não fazer na Educação Física e esqueceram de apresentar propostas viáveis para o ensino e pela falta de políticas públicas que facilitassem o trabalho do professor. Podemos ver o descaso que as políticas públicas têm com a Educação Física quando notamos as condições de trabalho desses professores, o espaço físico inapropriado, a ausência de material adequado, a carência de políticas salariais e, principalmente, a falta de apoio de formação continuada dos professores.

No decorrer do nosso discurso e observações em torno das aulas de educação física, podemos perceber que a exclusão acontece justamente por falta de propostas educacionais consistentes. Dessa maneira, observa-se que, para as mesmas ganharem espaço dentro do contexto escolar, vinculando-se as séries iniciais estendendo-se até o ensino médio, se faz necessário, que haja uma organização em torno de uma proposta pedagógica consistente e eficaz, tendo como objetivo principal, melhores condições de trabalho, bem como investimento na formação dos professores, de modo que os mesmo busquem o aperfeiçoamento, para atuar de maneira segura, associando a teoria e pratica e não trabalhar apenas a prática pela prática.

Para que haja inclusão das aulas de educação física nas unidades escolares de Ensino Fundamental I, e que a mesma funcione adequadamente, é preciso que se tenham bons profissionais e uma boa infraestrutura, gerando de tal forma aprendizado de qualidade durante o processo de ensino. Com intuito de fortalecer nosso discurso iremos nos apoiar nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, que vem confirmar segundo a lei, de nº 9394/ 96 em seu Art. 4º que:

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria; II- progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III- atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino; IV- atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade; V- acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; (...) VIII- atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de matéria didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; IX- padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos, indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, podemos analisar que o quadro atual da educação física sofre com o descaso, bem como a falta de investimento nessa área do conhecimento, de maneira que a mesma é negligenciada por parte do poder público vigente, uma vez, que existem leis que asseguram sua legitimidade, embora não sejam cumpridos, revelando de tal maneira que a “obrigatoriedade” do ensino de educação física de qualidade é um direito social nas unidades de ensino fundamental I, e estendido a séries subsequentes, pautado pela própria lei que o rege.

Com isso, identifica-se que um dos fatores cruciais, para a inexistência das aulas de educação física, na maior parte das escolas de ensino fundamental I, na maioria das vezes se dar, pela falta de responsabilidade do estado, em criar políticas inclusivas do ensino da educação física como componente curricular obrigatório na educação básica, bem como a negligência de adequar espaços e

materiais didáticos para a execução dessas mesmas aulas, sabendo-se que essa disciplina se faz importante no desenvolvimento da criança durante todo seu processo evolutivo.

CONCLUSÃO

Por meio de estudos realizados foi possível perceber que a Educação Física passou por um processo de transformação histórica até se consolidar enquanto disciplina no âmbito escolar, e enfrenta uma série de problemas já abordados e debatidos no capítulo anterior. Nessa perspectiva, é visível a sua luta constante no sentido de adentrar os espaços escolares e conquistar uma posição de igualdade existente de certo modo entre as demais disciplinas curriculares.

Nesse contexto, é possível observar através de leituras bibliográficas realizadas as divergências de discursos entre autores ao se reportar a Educação Física e a sua inserção no âmbito escolar, parte dessas considerações são muitas vezes frutos da maneira em que a mesma é conduzida, uma vez que surge atrelada com o objetivo de atender a interesses de uma classe. Como bem abordar Grespan (2002), “(...) *Ora adotamos métodos franceses, alemães etc., ora militarizamos nossas crianças, ou mesmo forjamos pequenos atletas.*” (p.14). Com isso, nossa proposta de trabalho não é desqualificar o processo histórico percorrido, ou mesmo utilizá-lo como modelos impostos, mais buscamos articulá-lo com o planejamento de trabalho, levando em consideração a realidade escolar.

Outro aspecto relevante observado acerca da realidade escolar em que a Educação Física se encontra diz respeito à falta de estruturação, sistematização e organização do planejamento curricular, fatores estes responsáveis por dificultar o trabalho do professor e conseqüentemente à aprendizagem do aluno. É pensando sob essa problemática que ressaltamos a necessidade do conhecimento dos desenvolvimentos cognitivo, afetivo e motor, relacionado ao processo de aprendizagem da criança, adequando os conteúdos de ensino de acordo a cada nível de escolaridade.

No decorrer dos estudos foi analisado a realidade e o descaso tanto com os professores quanto com os alunos em relação ao ensino da Educação Física, direitos esses que são assegurados por uma legislação sendo a Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB tem como intuito gerar condições mínimas para o desenvolvimento das aulas de Educação Física, e os Parâmetros Curriculares

Nacionais (PCN's), que se apresenta enquanto uma coleção de textos tendo como objetivo auxiliar na elaboração dos currículos de maneira que cada escola possa se basear e construir suas próprias propostas metodológicas. Portanto, é perceptível que a existência de uma legislação somente não se faz necessária para garantir a manutenção do ensino de qualidade, essa questão vai muito mais além, se relevando a necessidade de investimento nessa área do conhecimento, e uma maior atenção por parte do poder público vigente.

Com base nas discussões travadas ao longo do trabalho sobre a história, realidade e perspectiva em torno do Ensino da Educação Física no Ensino Fundamental I, pode-se perceber que esse estudo se faz importante na medida em que contribui para o conhecimento da Educação Física enquanto fonte de pesquisa e direcionamentos para repensar a prática educativa e seus fatores de exclusão no contexto escolar, como por exemplo: falta de professores qualificados, ausência de materiais, além da falta de espaços (infraestrutura) e etc. Diante das análises obtidas durante o processo de elaboração e construção do conhecimento, tivemos um olhar voltado para os dilemas educacionais em que se insere a educação física. Nesse sentido, a pesquisa busca contribuir na esperança de despertar o interesse através dessa discussão, tendo como perspectiva que haja a inclusão de políticas públicas desde as séries iniciais voltadas para o ensino da Educação Física de modo que se mude o olhar em torno desse campo do conhecimento.

Notamos ao longo da formação textual, que se faz necessário uma mobilização dos profissionais diante da sociedade e poderes públicos para instigar discussões que venham contribuir para a implementação de propostas e ações pedagógicas e metodológicas. Dessa maneira, as inúmeras escolas de Ensino Fundamental I sejam contempladas com aulas de Educação Física podendo contribuir significativamente para mudanças nessa área de conhecimento.

REFERÊNCIAS

- AYOUB, Eliana. **Reflexões sobre a Educação Física na Educação Infantil**. Rev. paul. Educ. Fís., São Paulo. Sulp. 4, p. 53-60, 2001.
- BAPTISTA, Makilim Nunes. **Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativas e qualitativas**. Rio de Janeiro: LTC, 2007.
- BETTI, Mauro & ZULIANI, Luiz Roberto. **Educação Física Escolar: Uma Proposta de Diretrizes Pedagógicas**. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte – 2002.
- BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**, Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CAPARROZ, Francisco Eduardo. **Entre a educação física na escola e a educação física da escola: a educação física como componente curricular**. Vitória: CEFD/UFES, 1997.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- COSTA, José Luis Dalla. **A Educação Física nas Escolas de Ensino Fundamental do Município de Erechim-RS**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento, da Escola de Educação Física, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2008.
- DAMÁZIO, Reinaldo Luís. **O que é criança**. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense, 1991.
- DUARTE, Newton. **Formação do indivíduo, consciência e alienação: O ser humano na psicologia de A. N. Leontiev**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 44-63, abril 2004.
- DUARTE, Newton. **Educação Escolar, Teoria do Cotidiano e a Escola de Vigotski**. 2º Edição, Editora Autores Associados, Campinas São Paulo, 1999.
- DUARTE, Newton (org.), **Sobre o construtivismo: contribuição a uma análise crítica**, 2ª edição, Autores associados, campinas. São Paulo, 2005.
- FREIRE, João B. **Educação de corpo inteiro**. São Paulo: Scipione, 2002.
- GALLAHUE, David L. & OZMUN, John, C. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. São Paulo: Phorte Editora, 2003.

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 4ª Edição Vozes, Petrópolis, 1998.

GHIRALDELLI, Júnior. **Educação Física Progressista. A pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física brasileira**. São Paulo: Loyola, 1998.

GRESPLAN, Marcia Regina. **Educação Física no Primeiro Ciclo do Ensino Fundamental**. Campinas: Papyrus, 2002.

GUIMARÃES, Ana Archangelo et al. **Educação Física Escolar: Atitudes e Valores**. Motriz Jan-Jun 2001, Vol. 7, n.1, pp. 17-22.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org). et. al. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 3ª edição, São Paulo: Cortez, 2003.

KOREN, Suzana Bastos Ribas et al. **A Educação Física Escolar: estímulo ao crescimento e desenvolvimento para uma qualidade**. Atividade Física e Qualidade de vida na Escola: conceitos e aplicações dirigidos a Graduação em Educação Física / Roberto Vilarta, Estela Marina Alves Boccaletto (orgs.). Campinas, SP: IPES, 2008.

LIMONGELLI, Ana Martha de Almeida; MALDONADO, Daniel Teixeira. **Práticas Pedagógicas dos Professores de Educação Física Escolar (séries iniciais do Ensino Fundamental) de Escolas Particulares**. Revista Pulsar Revista da Escola Superior Educação de Jundiaí, v.2, n.1, 2010.

MEDINA, João P. S. **A educação física cuida do corpo... e "mente": bases para a renovação e transformação da educação física**. Campinas: Papyrus, 1983.

NETO, Honor de Almeida. **Trabalho Infantil na Terceira Revolução Industrial**. Edipucrs, Porto Alegre, 2007.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **Ginástica para alma, música para o corpo**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte 8(1) 118-123, 1986.

PAIM, Maria Cristina Chimeló. **Reflexões sobre educação física escolar**. Revista Kinesis, Santa Maria, Nº 26, p. 158-166, Maio de 2002.

PIMENTEL, Gislei da. **A Desvalorização da Educação Física Escolar**. Blog Sport. Disponível em: < <http://professorgislei.blogspot.com/2010/07/desvalorizacao-da-educacao-fisica.html>>. Acesso em 10 fev. 2010.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. 15ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

RABELLO, E.T. e PASSOS, J. S. **Vygotsky e o desenvolvimento humano**. Disponível em <<http://www.josesilveira.com>> no dia 7 dezembro de 2011.

SILVA, Ronaldo Rodrigues da. & SOUZA, Eveline Lourdes de. Políticas Públicas de Ensino: **A Educação Física no contexto escolar da atualidade**. Educação Física em Revista ISSN: 1983-6643. Vol.4 N°3 set/out/nov/dez – 2010.

SOARES, Carmem. **Educação Física: raízes européias e Brasil**. São Paulo: Editora autores associados, 1994.

SOUZA, Carlos de. **História da Educação Física no Brasil e suas tendências pedagógicas no ensino superior** – G10 Educação, História e Memória.

ZUNINO, Ana Paula; TONIETTO, Marcos Rafael. **Educação física: ensino fundamental, 6º ao 9º ano**. Curitiba: Ed Positivo, 2008.